



Comunicação e Cidadania: Diálogo Necessário¹

Alessandra Possebon²

Silas Nogueira³

Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo

Universidade Estadual de Minas Gerais, Passos, Minas Gerais

Resumo

O artigo propõe uma reflexão sobre a trajetória do jornalismo reconhecendo que, na sociedade contemporânea, conceitos clássicos como cidadania, democracia, política e ideologia são reinterpretados dentro da lógica do capitalismo internacional. A propriedade e gestão dos meios de comunicação pelos grupos transnacionais influenciam nas leituras de mundo e conseqüentemente nas práticas políticas das sociedades, no entanto, inseridos em uma perspectiva dialética, existem formas de comunicação alternativa concebidas principalmente junto a movimentos sociais que percebem a comunicação como uma ferramenta emancipatória.

Palavras-chave

jornalismo; hegemonia; cidadania; comunicação alternativa

O jornalismo, na acepção moderna, nasceu com o ideal de ampliação da esfera pública, compreendida como uma forma de fomentar a autonomia do sujeito, tal qual o ideal da sociedade moderna que teve grande impulso com a proposta do Iluminismo. A história do jornalismo tradicional e predominante caminhou do chamado jornalismo de Ilustração (MARCONDES FILHO, 2002), que defendia causas políticas específicas, como os jornais anarquistas, sindicalistas e ligados aos movimentos sociais, para o jornalismo acentuadamente comercial com a transformação da informação em mais um produto de mercado. Essa trajetória culminou no jornalismo contemporâneo cujas características predominantes são a ubiquidade em relação à atividade publicitária e o fato de ser produzido como uma mercadoria, o que revela um jornalismo que busca mais o espetáculo do que a veracidade e a profundidade dos fatos e fenômenos sociais. Nessa fase, ou condição, nem mesmo a velha empresa de comunicação - com donos conhecidos e funcionamento previsível, dentro da lógica de mercado - sobreviveu intacta; se não desapareceu, enfrentou grave crise de sobrevivência e mesmo de

¹ Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa “Comunicação para Cidadania”, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação pela UNESP-Bauru. E-mail: lelepossebon@hotmail.com

³ Doutor em Comunicação pela ECA-USP. Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Estadual de Minas Gerais/ Fundação de Ensino Superior de Passos e pesquisador do CELACC/ ECA-USP. E-mail: singprof@bol.com.br



autonomia.⁴ O que concentra poder, capacidade política e acompanha a expansão político-econômica condizente com a globalização são as “megaempresas” transnacionais cujo poder se espalha sobre o mundo de forma nunca antes experimentada, quer pelo público, quer pelo pensamento crítico que se propõe a analisá-lo.

Já não se trata mais apenas do “quarto poder”, do qual se começou a falar no século XIX. Trata-se de um desenvolvimento novo, intenso e generalizado, abrangente e predominante da mídia no âmbito de tudo o que se refere à política. Um predomínio que desafia os clássicos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assim como o partido político, o sindicato, o movimento social e a corrente de opinião pública. (IANNI, 2000, p.144)

A leitura de Ianni é corroborada por Borón (2004) quando afirma que, “...agora as ameaças estão no próprio interior dos capitalismo democráticos. Não são externas ao sistema e, o que é pior, têm um rosto ‘democrático’”. (2004, p.08)

As tentativas de entendimento dessa realidade, no que se refere ao universo da comunicação, quando pretende profundidade, trabalham com conceito ampliado de *mídia*, amparado na leitura de Muniz Sodré que está condensado no que ele qualificou como *bios midiático*⁵, que inclui tecnologias, cultura, consumo, mercado, linguagens e capitalismo transnacional (2002; 2007). Debatendo-se e sobrevivendo nesse contexto, o jornalismo enfrenta crises de diferentes características, ideológicas, econômicas, culturais nas quais se destaca a transformação do debate público e da atividade política em mercadoria, mais precisamente em espetáculo com comprometimentos do que ainda se pode denominar de esfera ou espaço público.

O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de “mentes” e “corações”, em escala global. (IANNI, 2000, p. 153)

⁴ A título de exemplo, em 15/07/2010 o jornal *Folha de São Paulo*, no caderno Mercado, anunciou o fim do tradicional *Jornal do Brasil* impresso. O conteúdo permanecerá apenas na *internet*. (LOBATO, 2010).

⁵ Muniz Sodré desenvolveu o conceito de *bios midiático*, um espaço de existência contemporâneo que possui regras e códigos próprios e que tem como uma de suas características a supervalorização da imagem, sendo que a linha divisória entre o que é real e o que é virtual é tão tênue que torna-se imperceptível, afetando diretamente nas posições que o homem ocupa dentro desta sociedade e em suas relações.



Essa trajetória do jornalismo é a trajetória da sociedade ocidental, da modernidade e, em grande parte, da própria sociedade liberal e capitalista. Não sem contradições, sem avanços e recuos nos propósitos e princípios, a modernidade, mais especificamente a ordem do capital, no seu aspecto inseparável do capitalismo, avançou, consolidou os ideais liberais, superou, ainda que de formas sórdidas ou incompletas, suas crises cíclicas e chegou ao final do século XX e início do XXI renovada e fortalecida pelo que se convencionou chamar de *neoliberalismo* – entendido como resposta a crise experimentada pelo capital. Essa ascensão e reformulação das antigas concepções liberais foram descritas por Boron (2004) com a seguinte afirmação:

[...] o triunfo do neoliberalismo foi mais ideológico e cultural do que econômico ... Esta vitória assenta-se sobre uma derrota epocal das forças populares e das tendências mais profundas da reestruturação capitalista e se manifesta [...] a avassaladora tendência à mercantilização de direitos e prerrogativas conquistadas pelas classes populares no longo de mais um século de luta, convertidos agora em “bens” ou “serviços” adquiridos no mercado (2004, p.09).

Nesse contexto, ao qual alguns pesquisadores preferem se referir como pós-modernidade, e que foi definido por Bauman (2001) como “modernidade líquida”, a liquefação e a rarefação, quiçá como metáforas, parecem atingir indivíduos, instituições, ideologias, teorias, culturas e relações sociais.

Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro (BAUMAN, 2001, p. 12).

Os conceitos clássicos de cidadania, democracia, política e ideologia, assim como os conceitos de partido político, participação política e poder, voltam a ser questionados na sua validade teórica e na perspectiva da prática e sua capacidade de proporcionar emancipação, justiça social e de criar indivíduos e espaços autônomos que tenham como fim a liberdade e o desenvolvimento das condições históricas de crescimento integral da existência humana. Na vigência do neoliberalismo, de forma hegemônica, mas não homogênea, - e no momento de efetivação das leis do capitalismo e do mercado e suas conseqüências sociais, humanas, políticas - cidadania, democracia,



política e outras heranças da atividade política clássica passam a ser concebidos, interpretados e, em grande parte, vivenciados como sinônimos de consumo, mercado e mercadoria (IANNI, 2000).

Considerando essa situação também portadora de contradições, seu entendimento e tentativa de transformação ou mesmo de superação, não podem ignorar que todo esse contexto é permeado pelos processos de comunicação e suas complexas relações formadoras, informadoras e mesmo criadoras de novas realidades, novas culturas, novas qualidades de apreensão do conhecimento e de percepção do mundo e da vida. Se do início do século XX os então denominados meios de comunicação já interferiam na formação do que se entendia por esfera pública, hoje, com o avassalador desenvolvimento das tecnologias de informação as possibilidades dessa interferência atingiram patamares muito mais elevados, em grande parte em função sua velocidade e abrangência.

O príncipe eletrônico é o arquiteto do *ágora* eletrônico, no qual todos estão representados, refletidos, defletidos ou figurados, sem o risco da convivência nem da experiência. Aí as identidades, alteridades e diversidades não precisam desdobrar-se em desigualdades, tensões, contradições, transformações. Aí, tudo se espetaculiza e estetiza, de modo a recriar, dissolver, acentuar e transfigurar tudo o que pode ser inquietante, problemático, aflitivo (IANNI, 2000. p.158).

Se considerado que a existência da esfera pública é fundamental para a existência da cidadania e da própria democracia e também que, hoje, a existência e a instituição dessa esfera está - se não totalmente tomada e a cargo da mídia - fortemente marcada pelos processos midiáticos, aceita-se a presença de “um príncipe eletrônico” e seu poder exercido a partir da “ágora eletrônica” na construção e mesmo controle dessa esfera. Essa condição - que ganha maior visibilidade e eficiência com as possibilidades tecnológicas e informáticas, incluindo aqui a criação de espaços cibernéticos e a ampliação do universo virtual – remonta, em primeira instância à leitura frankfurtiana⁶ da então chamada “sociedade de massas”, “sociedade controlada” na qual os indivíduos, cidadãos e o público em geral transformam-se, ou são transformados, em consumidores passivos que perderam toda a capacidade de criação, de organização e ação política (ADORNO, 1973). Essa leitura radicalmente crítica e um tanto fatalista e pessimista –

⁶ Referência à “Escola de Frankfurt”, grupo de intelectuais marxistas não ortodoxos surgido na Alemanha no início do século XX e cuja produção passou a ser conhecida também como Teoria Crítica. Entre seus principais nomes estão T. Adorno e M. Horkheimer



no que se refere aos seus fundadores e não à releitura e renovação de Ianni - após um período de desgaste, ganha novo alento de credibilidade, ainda que apresente alguns limites teóricos, diante da notória espetacularização da realidade concreta pela ação da mídia, com ênfase para a exploração da violência cotidiana e das diferentes formas da miséria humana, e diante da expansão da lógica e das relações de consumo para praticamente todas as instâncias e recônditos da existência humana (NOGUEIRA, 2009).

Essa leitura é, em grande parte, *compartilhada* por Habermas (1984) autor no qual a categoria “esfera pública” toma grande parte da obra e das preocupações filosóficas. Esse herdeiro da Teoria Crítica também reconhece que a esfera pública, sob a velha ordem liberal, não ultrapassa a condição de negociações permeadas por interesses privados contrários aos que seria a essência dos interesses públicos. Até mesmo em auto-críticas, Habermas (1984) reconhece os limites de suas primeiras proposituras e explicita dificuldades como a de conciliar capitalismo - mesmo o considerado mais avançado - e democracia no sentido amplo e profundo da expressão.

A perspectiva da *teoria da ação comunicativa*, (1999) que, teoricamente, encontraria saídas para os impasses políticos, além do acentuado grau de idealização, esbarra também na necessidade de regulação e rigor de normas que, novamente, também em teoria, ameaçariam, com possibilidades de autoritarismo e controle privado, aquilo que o próprio Habermas chama de “mundo da vida”, que aspira, sempre, a liberdade e autonomia. Dessa forma, se pode argumentar que a possibilidade de diálogo e argumentação que levariam, na teoria da ação comunicativa, a uma relação democrática, a um consenso resultado de ações democráticas, só se torna possível com igualdade de condições entre os sujeitos, o que não é possível, a não ser em tese, no caso nas sociedades capitalistas, marcadas pelas desigualdades e pelas contradições próprias das concepções liberais que trazem, entre as mais visíveis, a contradição entre igualdade formal, expressa por direitos e deveres e a desigualdade real, concreta, de possibilidades. E a explicitação dessa desigualdade, inerente a diferentes aspectos das sociedades contemporâneas, tem justamente nos mecanismos de comunicação social e coletiva um de seus mais gritantes exemplos. A propriedade privada, o controle, a gestão do aparato *mediático* pelos grandes grupos transnacionais e sua efetiva ação e influência nas concepções de mundo, nas leituras e práticas políticas e mesmo no cotidiano das sociedades contemporâneas são condições por demais atuantes para serem desprezadas ou mesmo amenizadas. Com as contradições vigentes, no jogo de forças



pela busca, implantação ou preservação da hegemonia, o diálogo, quando estabelecido, se dá sempre de forma desigual e impositiva o que, em certa medida, anula ou ignora o outro.

No entanto, é possível argumentar que, no decorrer da história, os meios de comunicação, assim como o atual aparato “midiático”, ampliaram a chamada esfera pública e até mesmo a fortaleceram. Ainda assim, há de se considerar também que essa ampliação e esse fortalecimento não se deram sem uma forte presença de componentes que levaram a um simulacro do real, incluindo já as novas formas de “virtualização”, e, em função disso, não proporcionaram mudanças estruturais significativas no que se refere à dominação ou à inversão, subversão, socialização do poder e nem mesmo de seu exercício. Ou seja, desigualdades, exploração, concentração de poder e riquezas, formas diversificadas de autoritarismo e exclusão são ainda elementos presentes nas sociedades contemporâneas, mesmo aquelas consideradas mais democráticas – em pleno exercício da democracia representativa - e desenvolvidas econômica e cientificamente como a maioria das sociedades da Europa Ocidental e os Estados Unidos da América. Essa constatação exige, no campo teórico e reflexivo, a necessidade da complementaridade, tanto política quanto epistemológica, para o enfrentamento da complexidade que os fenômenos contemporâneos atingiram no ápice da modernidade e na construção daquilo que seria a pós-modernidade, ou plenitude do desgaste do projeto moderno de existência e convivência social aliado às proposituras do liberalismo e do capitalismo.

Nessa necessidade de complementaridade, não é possível apostar em exclusão ou simples afastamento das contribuições teóricas ocorridas ao longo do século XX, em especial aquelas de caráter crítico que, se não previram, alertaram, como fez a Teoria Crítica, para a existência de processos alienantes, reificadores e desgastantes das relações sociais e humanas sob o comando do capital e sob a ótica do mercado e do consumo capitalistas.

Dessa forma, o pensamento de Antônio Gramsci e os conceitos desenvolvidos e enriquecidos por ele, particularmente os de hegemonia, cultura, sociedade civil, estado ampliado e intelectuais orgânicos, oferecem possibilidades que ampliam os horizontes tanto no que se refere aos aspectos políticos quanto sob aqueles que, de uma forma abrangente, são inerentes ao conceito de cultura. São essas possibilidades que conferem a Gramsci e a seu pensamento – como demonstrou Ianni (2000) - a criação de novos instrumentais para análises tanto dos processos de mundialização e globalização quanto



das particularidades das sociedades que não se desenvolveram nos mesmos moldes das sociedades européias ocidentais. Ao trazer a cultura para o mesmo lugar das lutas e embates políticos, Gramsci abre caminho para o reconhecimento das complexidades de sociedades colonizadas e de elementos que compõe “o mundo da vida”, o cotidiano não apenas europeu. Elementos como a diversidade, a identidade e a religiosidade, passam a explicitar, dessa forma, o peso político da subjetividade, incluindo linguagens e ideologias, indo para além do significado de “esfera pública” para além de relações que seriam “propriamente políticas” como eleições, disputas pelo poder de Estado, organização sindical e outras.

[...] o impacto mais renovador de seu trabalho carregou no seu bojo, desde logo, uma contribuição significativa para alterar o estatuto teórico-político dessas relações. A base para o impacto renovador do pensamento gramsciano encontra-se em sua crítica poderosa ao reducionismo econômico. Essa crítica afirma uma imbricação profunda entre cultura, política e economia e estabelece uma equivalência entre formas materiais e elementos culturais dentro de uma visão integrada de sociedade como um todo. (DAGNINO. 2000.p. 62)

Para as sociedades latinoamericanas, assim como para outras que passaram pela saga da colonização e pelo estatuto da escravidão, a discussão comparativa e exaustiva feita por diferentes autores acerca da esfera pública, embora contribua para reflexões, encontra-se, na maioria dos casos, distante de aspectos da história e da própria constituição das condições, estruturas de classe e das instituições sociais que integram ou circundam essa categoria, como democracia, estado, cidadania e a própria modernidade. Diferentemente da Europa ocidental, a história das sociedades colonizadas agregam inúmeras particularidades inexistentes na história européia, particularmente aquelas inerentes ao universo que se pode denominar de cultura – o que, em uma visão gramsciana não exclui necessariamente a política. (GARCIA CANCLINI, 1990)

Nessas sociedades, o conceito de sociedade civil reinterpretado por Gramsci apresenta-se com maiores possibilidades na medida em que contempla diferentes situações históricas e se converte em “palco” onde a hegemonia é construída. Ao mesmo tempo, por estar inserido no conceito de “estado ampliado”, não ignora a presença objetiva do poder e as lutas que se dão na sociedade propriamente dita na perspectiva de elaboração, tomada e exercício político da hegemonia.

[...] O Estado em sentido amplo, com ‘novas determinações’, comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou ‘Estado coerção’) que é formado pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, etc) (COUTINHO, 1992, p. 77).

É, portanto, na sociedade civil que a hegemonia é cultivada, exercida e politicamente construída para a criação e manutenção da direção política e do consenso, da aceitação da situação de poder e domínio. Para essa efetivação, os meios e mecanismos de comunicação social e coletiva são não apenas necessários, mas imprescindíveis e se transformam em instrumentais dotados de um poder que extrapola qualquer possibilidade de neutralidade, a luta pelo seu controle e posse é parte inseparável da luta pela hegemonia em todas as sociedades.

Essa relação comunicação e poder, que não está alheia a relação cultura e poder, permite que a análise da comunicação social não seja descontextualizada nem ignore as diferentes frentes de confronto e enfrentamentos dos diferentes agentes sociais. Nesses confrontos, os grupos, classes, frações de classe e outros segmentos que buscam a manutenção ou a superação da hegemonia também buscam formas específicas de se manifestar, de influenciar na formação de uma visão de mundo semelhante ou próxima aquela a qual estão ligados por diferentes motivos.

Na América Latina, a atuação política que apresenta, desde o período colonial, maior riqueza de elementos, condizente com a diversidade política e cultural e que não se enquadra nos tradicionais mecanismos do fazer político, na sociedade civil, são os movimentos sociais. Com trajetórias que incluem diferentes plataformas, diferentes formas de luta e de atuação e também diferentes origens, os movimentos sociais latinoamericanos representam aspectos dos mais significativos das diferentes formas de luta pela hegemonia no continente.

Para a os movimentos sociais complexos como os da América Latina, o conceito gramsciano de sociedade civil trouxe, além da já citada colaboração para o entendimento e compreensão, o reconhecimento de suas importâncias como sujeitos políticos assim como um maior respeito político pelas suas origens, posturas e relações político-



culturais oriundas de conflitos e situações históricas, nem sempre consideradas importantes ou fundamentais pelo *fazer político* tradicional, inclusive no campo das esquerdas (NOGUEIRA, 2005, p.39).

Nesse sentido, a reflexão sobre alternativas de comunicação ou formas de comunicação alternativas no Continente exige que se considere essas lutas sociais e suas tentativas de buscar, mediante criação ou uso de mecanismos de comunicação, a sua legitimação e sua expansão no bojo da sociedade civil. Da mesma forma, o estudo de meios que se identificam ou que buscam maior proximidade com esses movimentos oferece elementos para o entendimento tanto das transformações e valores quanto das relações existentes no âmbito do que hoje pode ser qualificada como “imprensa alternativa”.

Comunicação alternativa como possibilidade transformadora

John Downing (2002) chama de mídia radical as formas de comunicação que são de certo modo independentes dos poderes instituídos. Intimamente vinculadas à cultura popular, a mídia radical abrange inúmeras manifestações para além do jornalismo, como as danças e vestuário. Manifestações estas compreendidas de maneira ampla fortalecendo e valorizando a diversidade cultural em um cenário que é em essência polifônico.

Estas formas de comunicação caminham entre as culturas de oposição, que buscam transgredir as imposições sociais, as culturas de massa, que são hegemônicas e as culturas populares, que nascem das classes e grupos populares e subalternos. Três culturas que estão em constante negociação, uma incorporando elementos da outra e se transformam o tempo todo, compreendendo o conflito como base das relações e a cultura como campo de exercício e legitimação da hegemonia.

Os termos são colocados no plural dentro de uma perspectiva gramsciana que concebe de maneira dialética a inseparabilidade entre o mundo econômico e o mundo político, portanto, são grupos no plural, com intensa diversidade, heterogeneidade e movimento, que buscam diferentes formas de resistir, enfrentar ou se acomodar dentro das relações hegemônicas.

A concepção de democracia como um regime de direitos em que cidadão é aquele que tem acesso à estes direitos, sendo um dos mais essenciais o direito ao voto, como prática que por si só concede participação no poder, foi fortalecida após a II Guerra Mundial, sendo um de seus marcos a Declaração dos Direitos Humanos de 1948,



que resgata a concepção iluminista de sujeito autônomo, no sentido de que tem valores “naturalmente” concebidos. Há uma discussão atual sobre a remodelação dos direitos humanos, em que se busca valorizar também a diversidade cultural e não apenas um modelo universalizado a partir das concepções eurocêntricas. (GUIMARÃES, 2002)

É a permanente movimentação das sociedades, na busca por novos direitos que faz com que a cidadania tenha uma natureza histórica e vá ganhando novos enfoques, desde suas origens na Antiguidade Clássica, passando pelas definições mais reconhecidas como do sociólogo inglês T.H. Marshall (1967)⁷, até as discussões contemporâneas.

Para Marshall (1967), a cidadania é colocada como a participação integral do indivíduo na comunidade política e o reconhecimento dos direitos dos cidadãos para com o Estado, em que cidadão seria aquele que detém os três direitos: civis (liberdade individual), políticos (participação política ampla) e sociais (bem estar).

O desenvolvimento destes direitos tem uma seqüência lógica, segundo Marshall, que analisa este processo na Inglaterra, colocando que primeiramente foram conquistados os direitos civis, depois os políticos e finalmente os sociais. Esta ordem cronológica não pode ser seguida em todos os países e deve ser compreendida como um processo mais complexo, em que cada um dos direitos abarca outras temáticas.

No Brasil, o termo cidadania passa a ser utilizado com mais ênfase após o fim da ditadura militar, quando a redemocratização das instituições passou a ser vista como sinônimo de garantia plena de todos os direitos.

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego [...] a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais (CARVALHO, 2009, p. 8-9).

Conceituando democracia como forma de governo em que determinadas regras “estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (BOBBIO, 2000, p.30), há toda uma idealização em torno do regime democrático, como sinônimo de liberdade.

A discussão se trava entre o conceito normativo (o que a democracia deve ser) e o âmbito das realidades empíricas, nas quais podemos procurar nos regimes democráticos os desvios, os pesos proporcionais de entidades e de forças sociais e econômicas, de grupos organizados, etc. traçando o perfil da democracia efetiva de que se está tratando,

⁷ MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967



num determinado momento. As circunstâncias e conjunturas podem implicar avanços ou retrocessos nas conquistas democráticas em relação ao conceito ideal. (SOARES, 2009, p. 91)

A manutenção de um conceito de cidadania que se vincula apenas ao ato de votar, limita os debates em torno do poder e restringe a participação da população em torno dos problemas reais, colocando a política como um lugar estático e distante do cotidiano. Diante dessa realidade, a continuidade da discussão e as tentativas de superar ou enriquecer conceitos não podem se distanciar nem da análise nem das perspectivas transformadoras que, de alguma forma, o que é conhecido como “luta pela cidadania”.

[...] a nova cidadania transcende uma referência central do conceito liberal que é reivindicação de acesso, inclusão, membership, 'pertencimento' (belonging) ao sistema político na medida em que o que está de fato em jogo é o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade (DAGNINO, 1999. Apud SOUSA, 1999. p.15)

O jornalismo, como possibilidade de espaço público, de expressão e debate de vozes divergentes tem um papel indiscutível na formação de visões sobre os cenários sociais, no entanto, a concentração dos meios de comunicação por grupos corporativos limita os olhares, fortalecendo intolerâncias e criação de estereótipos que colaboram na manutenção dos poderes.

Este jornalismo que nasce com propostas diferentes da grande mídia corporativa, que objetiva conceder voz aos grupos marcados não só pela dominação de classe, mas pela dominação nas instâncias políticas, culturais e ideológicas tem um papel relevante como agente mobilizador.

A mídia radical tem a missão não apenas de fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também de pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas (DOWNING, 2002, p.50)

Portanto, compreende-se que dentre as possibilidades de atuação dos grupos sociais dentro de regimes democráticos está o direito à informação, à liberdade de opinião, de expressão e de imprensa. O direito à informação é “um direito que fomenta o exercício da cidadania... um fator decisivo no processo de aprofundamento democrático” (GENTILLI, 2005) e mesmo que muitas vezes os temas vinculados à



comunicação passem despercebidos os direitos à comunicação e à cidadania estão interligados,

Tem-se mais claramente a idéia de que todo cidadão e toda cidadã têm o direito a uma moradia digna, do que sobre o direito de empoderarem-se das tecnologias da televisão e da *Internet* para a difusão de mensagens das comunidades das quais participam, por exemplo. Mas, as dimensões civil, política e social da cidadania, tal como sistematizadas por Marshall (1967), trazem embutido o direito à comunicação, embora pudesse ser mais bem evidenciado. (PERUZZO, 2009, p. 172).

A falta de espaço para todas as múltiplas vozes e para as inúmeras questões que envolvem a realidade multifacetada revelam práticas jornalísticas distantes do respeito pela diversidade.

Uma perspectiva do jornalismo como incentivador da cidadania também implica, paradoxalmente, não tratar como consensuais questões controvertidas. A sociedade contemporânea, em decorrência das mudanças e transformações muito rápidas, está repleta de temas polêmicos e de incertezas, sobre cujo significado não existe uma opinião unânime ou sobre as quais diferentes instituições ou pessoas têm pontos de vista conflitantes. Neste caso, o papel da imprensa deve ser exatamente expor a controvérsia, reportando as idéias de todos os lados envolvidos, de forma a constituir-se em veículo e lugar da discussão pública pelos cidadãos (SOARES, 2008, p. 12).

A comunicação alternativa que encontra no jornalismo uma de suas ferramentas está presente em toda a história do jornalismo brasileiro com diversos formatos e vinculados à diferentes lutas sociais. Bernardo Kucinsky (2003) salienta três momentos em que o jornalismo alternativo esteve mais presente na história da imprensa brasileira: no período da Regência, em 1830, com os pasquins irreverentes e panfletários; entre 1880 e 1920 com os jornais anarquistas e operários e a imprensa alternativa dos anos de 1970, antiditadura militar.

Este jornalismo pode ser visto até hoje, assumindo novos espaços, novas linguagens e novos meios com a internet, seja produto de um movimento social, político, ONG's, movimentos religiosos ou de pessoas autônomas. Cada uma destas produções tem suas peculiaridades e ganham nomenclaturas como popular, radical,



comunitária, participativa, horizontal⁸, mas com os mesmos ideais de instrumento político das minorias⁹.

A comunicação alternativa já revelou um grande potencial de mobilização e democratização, especialmente as rádios comunitárias, tantas vezes, consideradas ilegais sob o ponto de vista jurídico. A internet tem sido uma grande ferramenta de expressão destes grupos, por permitir a divulgação mundial de seus ideais e ter baixos custos de manutenção¹⁰.

A mídia assume seu papel quando permite a organização das controvérsias. Ontem, ela devia criar a comunicação, estabelecer mais fluxos entre os diferentes componentes da sociedade. Hoje deve organizar a passagem através dos obstáculos da incomunicação, permitir expor e compreender o choque das lógicas constitutivas da realidade [...] São a própria abertura do espaço público, sua democratização e sua visibilidade que reativam as questões do poder, da autoridade, e de todos os outros modos de regulação (WOLTON, 2006, p.120-122).

Downing (2002) coloca que esta mídia pode ser vista como uma maneira de tentar quebrar o silêncio e contestar as estruturas ideológicas dominantes. Portanto, a comunicação alternativa é compreendida como um instrumento político, presente não somente sob regimes evidentemente repressores, mas que busca contribuir para uma concepção de cidadania que requer a participação política de todos os grupos sociais.

Diante desta perspectiva, movimentos sociais, especialmente no contexto da América Latina, em que a busca por alternativas às políticas neoliberais aparece como um dos objetivos primordiais, têm na comunicação uma de suas ferramentas. Uma maneira de visualizar a força e a relevância destes movimentos é o Fórum Social Mundial, criado em 2001, que tem como objetivo principal a construção de alternativas à realidade política, inúmeras propostas alternativas de comunicação foram concebidas e fortalecidas no Fórum, dentre elas o jornal *Brasil de Fato* e a revista *Fórum*, ambos consolidados com mais de 10 anos de existência, concebidos como uma possibilidade de análise crítica da realidade e de articulação de movimentos que lutam por

⁸ As diferenças entre estas nomenclaturas podem ser encontradas no artigo “Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária” apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM) pela pesquisadora Cicília Maria Krohling Peruzzo.

⁹ Conceito compreendido a partir de Muniz Sodré, para quem minoria é um lugar de transformações das identidades e das relações de poder. Uma busca pela abertura contra-hegemônica em meio as determinações da sociedade. SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel (org.). Comunicação e Cultura das Minorias. São Paulo: Paulus, 2005.

¹⁰ Portais como <<http://www.direitoacomunicacao.org.br>>, <<http://www.correiocidadania.com.br>> e <<http://www.brasil.indymedia.org>>



transformações em um cenário político marcado pela crescente criminalização dos movimentos sociais.

A democratização da comunicação está vinculada à concepção de uma outra sociedade, em que os movimentos sociais, as classes subalternas assumam o controle da democracia, o projeto vai além de inclusão social ou das políticas públicas de cultura que se presencia na sociedade latinoamericana.

Inseridos em um campo complexo de disputas em que a comunicação, compreendida de maneira ampliada, está vinculada a todas as instâncias da existência, a análise das formas de comunicação que espontaneamente se fortalecem nos grupos subalternos é uma maneira de perceber a dinâmica da própria sociedade que reinterpreta o tempo todo as relações de poder.

RERERÊNCIAS

ADORNO, T.W. (1973): A indústria cultural. In: COHN, G.: **Comunicação e indústria cultural**. S. Paulo, Cia Ed. Nacional.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores: 2001

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

BORON, Atílio A. Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo II. Que Estado para que democracia?** 4ª edição, Editora Vozes, 1999

COUTINHO, Carlos Nelson, **Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político**, Rio de Janeiro, Campus, 1992

CARVALHO, Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia. Transformações dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia., DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo.(orgs.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000

DOWNING, John. **Mídia Radical**. São Paulo : editora SENAC, 2002

GARCÍA CANCLINI, N. **Culturas Híbridas**. México, Grijalbo, 1990.

GENTILI, V. **Democracia de Massas: Jornalismo e Cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005



GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

GUIMARÃES, Antonio S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

_____. **Teoría de la Acción Comunicativa: Racionalidad de la Acción y Racionalización Social**. Madrid: Taurus, 1999. v. I-II.

IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

LOBATO, E. Tanure anuncia o fim do "JB" impresso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 jul. 2010. Mercado, p.01

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 2003.

KUNSCH, Margarida M.K. Campos de estudos emergentes em comunicação nas novas cidadanias. In: BEZZON, Lara C. (Org.) **Comunicação, política e sociedade**. Campinas: Alínea, 2005

MARCONDES FILHO, Ciro. **A Saga dos Cães Perdidos**. São Paulo: Hacker editores, 2002

NOGUEIRA, Silas. **Movimentos Sociais, Cultura, Comunicação e Participação Política**. 2005. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo

_____. Comunicação, Cultura e Violência – Espetáculo, fascismo, tortura e o filme “Tropa de Elite”. In: OLIVEIRA, Dennis e NOGUEIRA, Silas. (Orgs.) **Mídia, Cultura e Violência. Leituras do Real e da Representação na Sociedade Mdiatizada**. São Paulo: CELACC/ Eca/USP, p. 27- 61, 2009

PERUZZO Cicília K. **Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0716-1.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2009.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002

_____. Cultura e Comunicação: desafios do Mercosul. In: FERREIRA, M.N. **Cultura e Comunicação - Perspectivas Para A América Latina**. São Paulo: CELACC; ECA; USP; p. 42- 97, 2007

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Ed. Paulus 2006.